

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

MIRNA VALÉRIA CALLEGARO

**ARQUIVO FOTOGRÁFICO NA ESCOLA:**  
lugar de memória e pertencimento.

PORTO ALEGRE  
2018

MIRNA VALÉRIA CALLEGARO

**ARQUIVO FOTOGRÁFICO NA ESCOLA:**  
lugar de memória e pertencimento.

Trabalho de conclusão apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

**Orientadora:** Prof. Ma.Valéria Raquel Bertotti

PORTO ALEGRE  
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Ilza Maria Tourinho Girardi

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefia: Jeniffer Alves Cuty

Chefia Substituta: Eliane Lourdes da Silva Moro

CIP - Catalogação na Publicação

Callegaro , Mirna Valeria  
Arquivo fotográfico na escola: lugar de memória e  
pertencimento / Mirna Valeria Callegaro . -- 2018.  
64 f.  
Orientador: Valéria Raquel Bertotti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Arquivo escolar. 2. Gestão de documentos  
arquivísticos. 3. Acervo fotográfico. 4. Memória. I.  
Bertotti, Valéria Raquel, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Departamento de Ciências da Informação**

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana – Porto Alegre – RS

CEP: 90035-005

Fone: (51) 3308 5067

E-mail: dci@ufrgs.br

**MIRNA VALÉRIA CALLEGARO**

**ARQUIVO FOTOGRÁFICO NA ESCOLA:**

lugar de memória e pertencimento.

Trabalho de conclusão apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ma. Valéria Raquel Bertotti - UFRGS  
Orientadora

---

Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar  
Examinador

---

Prof. Ma. Marlise Maria Giovanaz  
Examinadora

*Dedico este trabalho ao meu pai Alcides Benito Callegaro (In Memoriam) e à minha mãe Edite Zibart Callegaro, pelo carinho e apoio, e por não medirem esforços para que eu concretizasse mais esta etapa de minha vida.*

*Agradeço à professora Valéria Raquel Bertotti, pela acolhida carinhosa, amizade, empatia e grande desprendimento para orientar a elaboração deste trabalho.*

*Conhece-te a ti mesmo. (Aforismo grego  
inscrito no Templo de Apolo, em Delfos).*

## RESUMO

Este trabalho analisa as fotografias (físicas e digitais) encontradas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Jean Piaget, de Porto Alegre-RS, buscando entender como esse registro fotográfico pode contribuir para a identificação dos alunos com a instituição. O objetivo geral desta monografia é analisar de que forma as fotografias representam um instrumento de preservação da memória, meio para recuperação, fortalecimento e consolidação do vínculo da comunidade escolar com a EMEF Jean Piaget, bem como contribuir para a construção da memória desse espaço coletivo e, conseqüentemente, da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Enfocando a fotografia como elemento cultural para a construção da memória coletiva, discutiu-se sobre a identificação do estado atual do armazenamento das fotografias, contexto, características documentais e representatividade dos registros fotográficos como documento arquivístico na EMEF Jean Piaget. Quanto à metodologia, este trabalho enquadra-se na definição de pesquisa exploratória, sendo que seu cunho exploratório também reside no fato de tratar-se de um estudo de caso sobre as fotografias (físicas e digitais) da citada escola. No que tange aos procedimentos técnicos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, com levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos e outras publicações impressas e/ou disponíveis na internet. Também se faz uso da pesquisa documental, analisando materiais (no caso, fotografias físicas e digitais) – que constituem os objetos da pesquisa.

**Palavras-chave:** arquivo escolar; gestão de documentos arquivísticos; acervo fotográfico; memória.



## ABSTRACT

This work analyzes the photographs (physical and digital) found at EMEF Jean Piaget in Porto Alegre, RS, seeking to understand how this photographic record can contribute to the identification of students with the institution. The general objective of this monograph is to analyze how the photographs represent an instrument for the preservation of memory, a means of recovering, strengthening and consolidating the bond of the school community with EMEF Jean Piaget, as well as contributing to the construction of the memory of this collective space, consequently, of the Municipal Network of Education of Porto Alegre. Focusing on photography as a cultural element for the construction of collective memory, we discussed the identification of the current state of storage of photographs, context, documentary characteristics and the representativeness of photographic records as an archival document at EMEF Jean Piaget. As for the methodology, this work falls with the definition of exploratory research, and its exploratory nature also resides in the fact that it is a case study about the photographs (physical and digital) of the aforementioned school. Regarding to technical procedures, bibliographical research is used, with a bibliographical survey of books, scientific articles and other publications printed and/or available on the Internet. It also makes use of documentary research, analyzing materials (in this case, physical and digital photographs) - which constitute the objects of the research.

**Key-words:** school archive; management of archival documents; photo collection; memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista da Janela em Le Gras. Imagem da primeira fotografia permanente do mundo, feita por Joseph Nicéphore Niépce, em 1826.....	26
Figura 2 - Cozinha da EMEF Jean Piaget. ....	37
Figura 3 - Armário de aço da cozinha da EMEF Jean Piaget.....	37
Figura 4 - Detalhe do armazenamento no armário de aço. ....	38
Figura 5 - Fotografias armazenadas numa caixa de papelão mofada.....	38
Figura 6 - Fotografias acondicionadas em um saco plástico.....	39
Figura 7 - Álbum de fotografias. ....	39
Figura 8 - Mofo na parte interna da capa de um dos álbuns de fotografias. ....	40
Figura 9 - Fotografias que aderiram umas às outras.....	40
Figura 10 - Exemplo de foto sem informação da data e/ou atividade.....	41
Figura 11 - Exemplo de fotografia com numeração sequencial.....	42
Figura 12 - Exemplo de fotografia com data registrada pela câmera. ....	42
Figura 13 - Exemplo de fotografia com anotação à caneta de dados completos no verso: evento, data etc. ....	43
Figura 14 - Exemplo de álbum de 1994 organizado cronologicamente.....	43
Figura 15 - Exemplo de álbum de 1997 com o título do evento e data. ....	44
Figura 16 - Pasta de fotografias digitais da EMEF Jean Piaget. ....	45
Figura 17 - Uma das pastas da pasta de fotografias digitais da EMEF Jean Piaget.....	45
Figura 18 - Detalhe das fotografias digitais da EMEF Jean Piaget. ....	46
Figura 19 - Página inicial (Home) da EMEF Jean Piaget. ....	47
Figura 20 - Galeria de fotografias da EMEF Jean Piaget. ....	48
Figura 21 - Blog Narrativas de Escola. ....	49
Figura 22 - Página da EMEF Jean Piaget no Facebook. ....	52
Figura 23 - Exemplo de fotografia com elementos e cenário da época.....	53
Figura 24 - Registros fotográficos da memória da EMEF Jean Piaget.....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEED	Conselho Estadual de Educação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivologia
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação Documental
CPU	<i>Central Process Unit</i>
CTDAISM	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIAU	Laboratório de Integração ao Ambiente Urbano
PCD	Plano de Classificação de Documentos
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
RME	Rede Municipal de Ensino
SIARQ/POA	Sistema de Arquivos de Porto Alegre
SIE	Sistema de Informações Educacionais
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TI	Tecnologia da Informação
TTD	Tabela de Temporalidade de Documentos

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	13
2. A ARQUIVOLOGIA NAS ESCOLAS .....	16
3. FOTOGRAFIA E MEMÓRIA COLETIVA .....	23
3.1 A FOTOGRAFIA.....	23
3.2 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO.....	25
3.3 A FOTOGRAFIA DIGITAL E AS NOVAS NARRATIVAS DE VERDADE/AUTORIA .....	30
3.4 A FOTOGRAFIA COMO ELEMENTO CULTURAL PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA .....	32
4. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JEAN PIAGET .....	35
4.1 O ESTADO ATUAL DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS .....	36
4.1.1 Fotografias físicas .....	36
4.1.2 Fotografias digitais .....	44
4.1.3 Interfaces digitais.....	46
4.2 CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS DOCUMENTAIS E REPRESENTATIVIDADE DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS .....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59
APÊNDICE A – Ofício à Smed.....	64
APÊNDICE B – Troca de e-mails com a Smed.....	65

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos as análises das fotografias (físicas e digitais) encontradas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jean Piaget<sup>1</sup>, buscando entender como esse registro fotográfico pode contribuir para a identificação dos alunos com a escola, de acordo com os objetivos, justificativas, metodologia e hipóteses a seguir descritas.

Justifica-se o interesse no acervo fotográfico de uma escola, como elemento de memória desse espaço público, pelo tema advir da experiência da autora como docente na referida instituição, há mais de sete anos<sup>2</sup>. Ao participar das ações promovidas pela escola e através de diálogos com colegas professores, percebe-se a presença da comunidade do entorno na EMEF Jean Piaget. Entretanto, observa-se a falta de um envolvimento mais permanente, em que a comunidade, de fato, sinta-se pertencente a esse ambiente.

O olhar arquivístico, adquirido durante os anos de formação no curso de Arquivologia, juntamente com a participação no último ano em atividades na biblioteca da escola, conduziram a autora a encontrar, de forma dispersa, registros fotográficos das atividades promovidas no ambiente escolar. Segundo Lopes, “o recorte teórico possível para a metodologia de trabalho do arquivista deveria ser recolhido na experiência da sociologia, história, filosofia e no conhecimento

---

<sup>1</sup> A EMEF Jean Piaget está localizada na avenida Major Manoel José Monteiro, S/N, no bairro Parque dos Maias, Porto Alegre, RS. Fundada em 20 de setembro de 1992, possui atualmente 725 alunos, entre os turnos manhã, tarde e noite, totalizando 32 turmas. Tem 3 turmas de Educação Infantil (Jardim), 10 turmas de I Ciclo (Ensino Fundamental – 1º, 2º e 3º anos), 7 turmas de II Ciclo (Ensino Fundamental – 4º, 5º e 6º anos), 6 turmas de III Ciclo (7º, 8º e 9º anos) e 6 turmas de Educação de Jovens Adultos - Supletivo (EJA), segundo dados obtidos por meio de consulta ao Sistema de Informações Educacionais/Rede Municipal de Ensino (SIE/RME). Conforme resultados do Censo/2017, a instituição possui: 16 salas de aulas, 90 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, alimentação escolar para os alunos, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet, banda larga, computadores administrativos, computadores para alunos, TV, DVD, copiadora, retroprojeto, impressora, aparelho de som, projetor multimídia (data-show), câmera fotográfica/filmadora. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola de 2017 é 5.4 (projeção IDEB) e 4.7 (município IDEB).

<sup>2</sup> A autora obteve autorização para fazer uso do nome da instituição neste trabalho por meio de ofício dirigido ao Secretário Municipal de Educação, Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, enviado por e-mail à Secretaria Municipal de Educação (SMED), conforme consta nos APÊNDICES A e B.

tecnológico contemporâneo” (LOPES, 2013, p. 166). Dessa forma, o arquivista destaca-se como cientista social, evidenciando a trindade profana apresentada por Lopes no livro *A nova arquivística na modernização administrativa*. Ainda Oliveira (2012, p. 56) afirma que “a função do arquivista é ativa no processo de produção de conhecimento sobre os acervos arquivísticos e sobre seus conteúdos, e não a de um mero compilador de elementos explícitos nos arquivos”.

Dessa maneira, o **objetivo geral** da presente monografia é analisar de que forma os registros fotográficos representam um instrumento de preservação e consolidação dos vínculos da comunidade escolar com a EMEF Jean Piaget e como podem contribuir para a construção da memória desse espaço coletivo e, conseqüentemente, da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Os **objetivos específicos** são:

- 1) Discutir sobre como a fotografia contribui para a construção da memória coletiva;
- 2) Identificar quais são os procedimentos de produção e guarda dos registros fotográficos da EMEF Jean Piaget;
- 3) Analisar o contexto e a representatividade das fotografias da escola.

No que respeita à metodologia, tendo em vista os três grandes grupos de pesquisa estabelecidos por Gil (2002, p. 41), quais sejam: pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, este trabalho enquadra-se na definição dada à primeira. Enquanto pesquisa exploratória, seus objetivos baseiam-se na observação da autora de que não há gestão dos registros fotográficos da escola na qual atua, sendo que, por meio da pesquisa, poderá explorar a situação do arquivamento das fotografias, e a consequência disso para a preservação da memória coletiva da instituição. Outra característica, que confere o cunho exploratório à pesquisa, reside no fato de tratar-se de um estudo de caso sobre as fotografias (físicas e digitais) da EMEF Jean Piaget.

Quanto aos procedimentos técnicos, segundo as denominações descritas por Gil (2002, pp. 43-55), empregar-se-á a pesquisa bibliográfica, com levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos e outras publicações impressas e/ou disponíveis na internet. Também se fará uso da pesquisa

documental, analisando materiais (no caso, fotografias físicas e digitais), que constituem os objetos da pesquisa.

A fim de contextualizar e embasar o estudo de caso da EMEF Jean Piaget, no Capítulo 2, recortam-se algumas definições encontradas na bibliografia arquivística sobre arquivos escolares.

Enfocando a fotografia como elemento cultural para a construção da memória coletiva, no Capítulo 3, conceitua-se a fotografia, contemplando a evolução dos arquivos fotográficos tradicionais até as imagens disponibilizadas pelas tecnologias da informação.

No Capítulo 4, discorre-se sobre: a fotografia como documento arquivístico na EMEF Jean Piaget; estado de arquivamento atual das fotografias físicas e digitais; e o contexto, características documentais e representatividade dos registros fotográficos.

Por fim, trazem-se as considerações finais sobre o tema proposto.

## 2. A ARQUIVOLOGIA NAS ESCOLAS

Para fins de conceito legal de educação, a Constituição do Brasil (1988) assegura em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nossa Carta Magna prevê no artigo supramencionado que a educação é uma relação entre escola e comunidade, estabelecendo que o incentivo à colaboração da sociedade e seu preparo para o exercício da cidadania estão entre os objetivos da educação, e, por conseguinte, das escolas. Ou seja, com base nessa definição constitucional, supõe-se que a preservação da memória numa determinada instituição de ensino, por meio da gestão dos arquivos escolares, pode representar um estímulo à colaboração da comunidade escolar<sup>3</sup> e ao exercício da cidadania.

No que diz respeito à gestão de documentos, a lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, (que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”) define que é “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

A partir do momento da fundação de instituições em geral, e, neste caso, as de ensino, as mesmas passam a produzir documentos de suas atividades, ou seja, documentos arquivísticos. Estes, juntamente com os documentos recebidos pela escola no desenvolvimento de suas funções, constituem-se no arquivo da escola.

---

<sup>3</sup> A comunidade escolar é o conjunto das pessoas envolvidas diretamente no processo educativo da escola e responsáveis pelo seu êxito; é o corpo social da escola composto por docentes, discentes, outros profissionais que atuam na escola e pais e/ou responsáveis legais pelos alunos.



Nesse sentido, cabe ressaltar que Schellenberg (2006, p. 41) considera que “as características essenciais dos arquivos se relacionam, pois, com as razões pelas quais os documentos vieram a existir”. Sendo assim, os arquivos escolares revestem-se de grande relevância, pois registram as atividades dos indivíduos que passaram pela escola, assim como representam a memória da instituição e da comunidade escolar. Afora reforçar a importância da memória, Silva, Riedlinger e Calderon (2008, p. 4) afirmam que os arquivos escolares:

[...] são também fontes de pesquisa, porque registram a memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, refere-se à evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, entre outras. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a definição de políticas educacionais, seja no âmbito do município ou do Estado.

Pinheiro (2016, p. 325) também defende que a gestão dos arquivos escolares “é essencial para as instituições de ensino, uma vez que eles armazenam as informações de trajetória de vida das pessoas, relatam a memória da escola e podem influenciar nas tomadas de decisão”. Para ele, a gestão dos documentos é essencial para viabilizar a recuperação do documento ou informação.

No entendimento dos autores citados, do qual a autora compartilha, os arquivos escolares podem contribuir, tanto para que o registro das atividades da escola seja documentado de forma adequada, como para a preservação da memória institucional.

Assim, a documentação da escola será compreendida como histórica a partir da avaliação documental, que ocorre segundo a legislação em vigor, contemplando as particularidades de cada instituição.

Conforme a prática arquivística, a partir da avaliação dos documentos, é criada a Tabela de Temporalidade e Destinação Documental que, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 158), é um “Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, o recolhimento, o descarte ou a eliminação de documentos”.

No entender de Pinheiro (2016, p. 325), além da Tabela de Temporalidade e Destinação Documental e o Plano de Classificação constituírem instrumentos fundamentais para a gestão documental, “é necessário que haja no quadro de funcionários, um arquivista, que, juntamente com uma comissão de avaliação de documentos, possam juntos desenvolver estas ferramentas”. Na opinião da autora deste trabalho, embora essa configuração fosse a ideal, na prática, o que se apresenta é a responsabilidade do secretário escolar sobre os documentos escolares.

Os arquivos escolares são indispensáveis por manterem informações sobre a historicidade e materialidade da existência de uma instituição. Os autores que trabalham o tema reforçam a necessidade de um profissional para gerir esta área nas escolas e a relevância da gestão e manutenção dos arquivos por representarem a memória das instituições de ensino e serem “capazes de fornecer aos cidadãos um senso de identidade.” (FONSECA, 2005, p. 61).

Como refere Vidal (2005, p. 24):

integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

Assim, o arquivo escolar, através de sua inserção na vida escolar, é capaz de fornecer senso de identidade não apenas aos alunos e egressos, mas em todo entorno que participa, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido pela e na escola.

Além das considerações iniciais explanadas neste capítulo, é importante frisar que Mogarro (2006, p. 72), autora portuguesa citada por diversos pesquisadores, sustenta que os arquivos escolares têm tido cada vez mais visibilidade em seu país nos últimos anos, com o desenvolvimento de pesquisas e publicação de muitos artigos de referência. A pesquisa de arquivos em instituições de ensino também apresentou um significativo crescimento no Brasil nos últimos dez anos, segundo refere Vidal (2005, p. 71),

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e

presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.

No intuito de conhecer essa visibilidade e o interesse crescente pelo tema, avulta-se a pesquisa do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto (SP), pelo extenso período compreendido: entre 1918 e 1961. Segundo Furtado (2011, p. 1), o recorte temporal corresponde a momentos significativos da história do colégio, da educação e da política educacional brasileira, apresentando as possibilidades e limites para a investigação sobre a instituição de ensino e de sua cultura escolar. Em suas conclusões, ela aponta que, “apesar da preocupação com a conservação e preservação dos documentos, o colégio não possui um profissional especializado para trabalhar com a documentação depositada no arquivo” (idem, p. 9). Furtado também revela que no arquivo “não há qualquer instrumento de pesquisa, como guias, catálogos, índices, inventários, repertórios, tabelas de equivalência, entre outros produzidos acerca da sua documentação depositada em suas prateleiras.” (idem, *ibid.*).

*Memórias de arquivar: a historicidade dos arquivos escolares da rede municipal de Curitiba (1963-1985)*, de Colere (2017), também se destaca pelo extenso período de abrangência, de 1963 – início da municipalização de algumas escolas – até 1985, quando a primeira Portaria do Departamento de Educação de Curitiba tratou dos arquivos escolares, estabelecendo normas para a organização e incineração da documentação escolar.

Conforme Colere, os secretários lembraram nas entrevistas “as representações do seu tempo”:

Certamente foram as experiências particulares que os motivaram à organização e à guarda de registros escolares administrativos, regulamentados ou não. Observou-se essa prática dos secretários escolares que, por meio dessas experiências ou convivência com outros secretários, organizaram os arquivos de forma específica, às vezes observando certas normativas, às vezes ambientando-se na sua rotina e no espaço da secretaria escolar. (COLERE, 2017, p. 2).

Contrastando com o caso de Curitiba, evidencia-se a conclusão de Silva, Riedlinger, e Calderon, em *A Gestão da Documentação Escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat*, de Londrina (PR): “não possui uma diretriz a

respeito de como proceder com os documentos que podem ser eliminados ou um planejamento acerca do espaço físico para o arquivo”. Ao avaliar a gestão de documentos arquivísticos do Colégio Promove, de Belo Horizonte (MG), Pinheiro (2016, p. 323-336) “propõe alternativas para a melhoria do processo de gestão documental” e a contratação de um profissional da área de Arquivologia. Segundo ele, o arquivo escolar do Colégio Promove apresenta poucas características que reflitam a memória institucional.

No artigo *Arquivos escolares: um estudo introdutório*, Reis e Reis (2017), concluíram que “enquanto lugar de (re)(des) construção do processo educativo por meio do acervo armazenado”, na Escola Estadual Belvinda Ribeiro, de Montes Claros (MG), os documentos escolares demandam um tratamento adequado, “pois se tratam de um acervo de caráter administrativo, probatório e histórico”. Segundo constataram, o arquivo da escola não tem divisões conforme propõe a Arquivologia, nem espaço reservado ou gerenciamento dos documentos de acordo com as idades de arquivamento, sendo que o responsável pelo arquivo escolar não tem formação em Arquivologia. Verificaram ainda que não há orientação técnica quanto aos procedimentos para conservação e restauração dos documentos, estando os mesmos junto com outros materiais, como os de limpeza.

Nessa sucinta análise de pesquisas recentes sobre arquivos escolares de diferentes cidades do Brasil, observa-se que a maioria deles não conta com gestão documental, profissional habilitado em Arquivologia ou se propõe a desempenhar seu papel na história da educação, preservando os documentos das instituições.

A maioria dos exemplos citados nas pesquisas sobre arquivos escolares reflete uma tentativa de tratamento da documentação, porém reforça que essa prática não é levada a cabo. No âmbito de Porto Alegre, a realização do curso “Embasamento legal dos documentos escolares: veracidade e qualidade” corrobora com esses exemplos. Destinado aos secretários de escolas da Rede Municipal de Ensino, o curso teve como objetivo:

propiciar conhecimento e condições aos participantes do curso para compreensão e aplicação da legislação do ensino no Brasil e sua relação na elaboração dos documentos escolares como fonte única de veracidade. (MC EDUCAÇÃO SOCIAL, s/d, p. 1).

O programa compreendeu os seguintes tópicos:

- a) Suportes legais que embasam a escrituração escolar;
- c) Estrutura do Histórico Escolar e sua especificidade na vida do aluno e da escola; A formatação e a expedição dos componentes legais que garantem a fidedignidade da escrituração escolar;
- d) Estruturação de um sistema de controle;
- e) Recursos humanos envolvidos no processo da escrituração escolar.

Conforme se extrai do programa, percebe-se que o curso aborda textos legais sobre educação. No tocante às normas para organização e funcionamento de escrituração e arquivo, observa-se que o curso versa sobre os documentos escolares, no entanto, não traz conteúdos que visem à preservação da história e memória das escolas, sequer dos registros fotográficos das instituições (tema do presente trabalho). Convém frisar que os documentos do curso, assim como o site da empresa MC Educação Social, não informam a data em que foi realizado. No entanto, a autora presume que o referido curso tenha sido ministrado antes de 2010, pois, naquele ano, houve a criação do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA)<sup>4</sup>. No ano seguinte, o Decreto nº 17.480, de 22 de novembro de 2011:

estabelece o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), da Administração Centralizada, do Executivo Municipal de Porto Alegre, em consonância com o Decreto nº 16.798, de 21 de setembro de 2010, define normas para a classificação, avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, e revoga o Decreto nº 9.048, de 8 de dezembro de 1987. (PORTO ALEGRE, 2011).

Em 2016, a publicação do Decreto nº 19.334, de 22 de março de 2016, alterou anexos do Decreto nº 17.480/2011, documento que trata da implementação da Gestão Documental na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

---

<sup>4</sup> É o sistema de arquivos do Município de Porto Alegre. Instituído pelo Decreto nº 16.798, de 21 de setembro de 2010, o SIARQ/POA tem como objetivos promover a integração dos arquivos existentes na Administração Centralizada do Município, racionalizar e padronizar a produção documental, assegurar a proteção e a preservação da documentação, facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público e normatizar o tratamento da informação arquivística a partir do uso de novas tecnologias. Sua estrutura é composta pelo Comitê Estratégico, pelo Comitê Gerencial, pelos Órgãos Executivos (órgãos da Administração Centralizada através de suas unidades de apoio administrativo) e pela CPAD (Comissão Permanente de Avaliação Documental).

Conforme o site da PMPA, “o novo decreto inclui o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos referentes às subfunções” Execução de uma política municipal de educação, entre outras (PMPA, 2016). Os documentos relativos à referida Execução de uma política municipal de educação, incluídos pela TTD são: criação, organização, autorização e credenciamento de estabelecimentos de ensino, elaboração do planejamento escolar, execução do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e eleição de diretores e conselheiros.

Nesse diapasão, constatou-se que tanto as diretrizes da secretaria da EMEF Jean Piaget, no que concerne aos documentos escolares, quanto à TTD dizem respeito somente à escrituração escolar, não contemplando a preservação do restante da memória da instituição, no que diz respeito à guarda de documentos fotográficos.

O caráter de identidade e historicidade que o arquivo escolar pode representar para a comunidade escolar e seu entorno é tratado no próximo item, no qual se discorre sobre o arquivo fotográfico escolar como um importante elemento da memória coletiva. Explorando a fotografia como elemento cultural para a construção da memória coletiva, no Capítulo 3, conceitua-se a fotografia em si e como documento de arquivo, abordando a evolução dos arquivos fotográficos tradicionais às imagens disponibilizadas pelas tecnologias da informação.

### 3. FOTOGRAFIA E MEMÓRIA COLETIVA

Antes de se analisar a fotografia como documento de arquivo, faz-se necessário abordar alguns conceitos que a tornaram tão importante em diferentes áreas do conhecimento<sup>5</sup>.

#### 3.1 A FOTOGRAFIA

Munhoz (2015, p. 1) esclarece alguns dos principais aspectos das teorias epistemológicas da fotografia, para afirmar “que existe uma espécie de consenso de princípio que pretende que o verdadeiro documento fotográfico presta contas do mundo com fidelidade”.

Essa concepção de testemunho é baseada no processo mecânico de produção da imagem fotográfica, em seu modo específico de constituição e existência, que Dubois (1993, p. 25) nomeou como automatismo de sua gênese técnica.

---

<sup>5</sup> Desde a sua invenção no Século XIX, a fotografia se fez presente em diferentes áreas, sendo diversas as categorizações e gêneros que a atribuem. Pode-se inferir que as principais categorias são: fotojornalismo (incluindo-se as subcategorias aérea, subaquática, da natureza em geral, guerra, esportiva, entre outras), publicidade (moda, gastronomia etc.), artística (curadoria e produção, nu ou sensual, entre outros gêneros), documental (banco de imagens da segurança pública, como a polícia, para vigilância, identificação e armazenamento de dados, e todos os demais segmentos que arquivam fotografias), social (de retratos de família a eventos sociais, como formaturas). Além das áreas citadas, também se supõe que a fotografia pode estar presente em outras áreas numerosas do conhecimento, como descritas em: [http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos\\_diversos\\_2017/TabelaAreasConhecimento\\_072012\\_atualizada\\_2017\\_v2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf). Por outro lado, há as categorias „forma física” e „forma intelectual” que mesclam-se na fotografia, havendo ainda os „formatos” – dimensões e características gerais do suporte da imagem fotográfica (negativo, positivo, diapositivo), do formato comercial da imagem fotográfica (*carte-cabinet*, *carte-de-visite*, cartão postal, álbum fotográfico, fotografias estereoscópicas); do tipo de equipamento fotográfico (35mm, 6cm x 9cm etc.); „processos fotográficos” – qualquer uma das técnicas que proporcione a obtenção de imagens fotográficas (IBAC et al, 1992, p.85-92); „gêneros discursivos” – dispositivos de comunicação social e historicamente definidos (MAINGUENEAU, 2000, p.73-75): documentário, pictórico, abstrato etc.; „gêneros fotográficos” específicos (retrato, paisagem, fotojornalismo, fotografia familiar etc.), todos moldados pela construção perspectiva da imagem fotográfica. É importante ressaltar que a fotografia ainda não tem devidamente estabelecidas essas definições, sendo que se nomeia „ gênero” a toda uma infinidade de classificações construídas a partir de certa constância temática ou de certo tratamento a temas fotográficos específicos. A classificação de gêneros de discursos é difícil por não contemplar tipologias estáveis de discursos devido à variedade de critérios que se pode levar em conta. Para mais informações, ler Maingueneau (2000, p. 143).

Além dos aspectos técnicos, é relevante frisar que Pierre Bourdieu (BOURDIEU apud MIRANDA, 2005, p. 48) introduziu uma função social à fotografia:

ao conferir à fotografia um certificado de realismo, a sociedade nada faz senão confirmar a si mesma a convicção tautológica de que uma imagem real em conformidade com sua representação de objetividade é verdadeiramente objetiva.

Em paralelo a esse conceito, Munhoz (2015, p. 1) pondera que, como a maioria dos documentos, a fotografia possui ambiguidades que podem induzir os significados para um lado ou para outro. Ou seja, a fotografia tem uma realidade própria, que não corresponde necessariamente à realidade que envolve o assunto. Nas palavras de Kossoy (1999, p. 47):

Aí reside, possivelmente, o ponto nodal da expressão fotográfica. Seria esta, enfim, a realidade da fotografia: uma realidade moldável em sua produção, fluída em sua recepção, plena de verdades explícitas (análogas, sua realidade exterior) e de segredos implícitos (sua história particular, sua realidade interior), documental, porém imaginária.

Nesse sentido, Barthes entende que a fotografia é distinta em referencial a outros sistemas de representação, como a linguística. Para ele, o referente fotográfico não seria uma coisa facultativamente real que remete a uma imagem, “mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia” (BARTHES, 1984, p. 114).

Isto é, para Barthes (ibid., p. 129), a fotografia não poderia mentir sobre sua existência, uma vez que ela mesma é seu certificado de presença: “a essência da fotografia consiste em ratificar o que ela representa” (ibid., p. 128)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O livro de Barthes sobre fotografia, *A câmara clara*, possui um ponto de vista fenomenológico (que refere a foto ao noema, conceito da fenomenologia de Edmund Husserl), utilizando elementos da psicanálise lacaniana. Ao longo da obra de Barthes, a fotografia é lida como meio, passando pela construção do estruturalismo, bem como pela leitura da obra de Charles Sanders Peirce. Com a chave dialógica característica do estruturalismo, implica a criação de conceitos tais como conotação e denotação, ou ainda obtuso e óbvio, até o desenvolvimento do par *studium/punctum*, que não são mais polos entre os quais a fotografia existe, mas estados da fotografia: como *studium*, a fotografia se exhibe como objeto indiferente de estudo, enquanto a expressão *punctum* define a instauração de um fenômeno no qual sujeito e foto se afetam. Um dos legados da leitura de Barthes sobre a fotografia é a percepção da importância do conceito de índice, que é desenvolvido posteriormente nas obras de Rosalind Krauss (*O fotográfico* e *A originalidade da vanguarda*), de Jean-Marie Schaeffer (*A imagem precária*), e Philippe Dubois (*O ato fotográfico*). Tal relação não apenas tem sido utilizada no campo da arte, como indica Krauss, mas vem permitindo o uso da fotografia de modo crescente nas ciências sociais.



Assim, ao analisar conceitos que diversos autores desenvolveram, desde a sociedade industrial até a chamada era pós-fotográfica, Munhoz observa a insistente dicotomia sujeito/objeto:

As reflexões e estudos da fotografia têm sido conduzidos por anos nesse dualismo entre funções documentais e expressivas; de um lado o paradigma da objetividade técnica, a reprodução do real, o signo da verdade; de outro o discurso da subjetividade, da cultura e dos artefatos ideológicos, das intenções e interpretações do autor. O problema dessas duas posições é a polarização que produzem: elas buscam relegar o entendimento da fotografia a um ou outro domínio, ao invés de buscar as interseções, as conexões para entender que todo esse processo não se esgota em uma ou outra posição epistemológica (MUNHOZ, 2015, p. 12).

Ou seja, a fotografia passa da verdade à verossimilhança, e enquanto objeto (elemento) ou documento de arquivo, é abordado no item que segue.

### 3.2 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO

A definição da fotografia como documento é inevitável por seu caráter técnico-científico, cujos mecanismos têm sido aperfeiçoados desde a sua invenção (dentro do contexto da Revolução Industrial)<sup>7</sup>. Para Silva (2015, p. 2), o anúncio da fotografia em 1839<sup>8</sup>, “envolta na objetividade da ciência”, fez com que o “documental” fosse seu primeiro gênero, conforme se observa na Figura 1.

---

<sup>7</sup> A Revolução Industrial foi a transição para novos processos de manufatura no período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840. Esta transformação incluiu a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas, a fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, maior eficiência da energia da água, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas, além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão. A revolução teve início na Inglaterra e em poucas décadas se espalhou para a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

<sup>8</sup> A primeira fotografia reconhecida é uma imagem produzida em 1826, pelo francês Joseph Nicéphore Niépce, numa placa de estanho coberta com um derivado de petróleo, chamado Betume da Judeia. A imagem foi produzida com uma câmera, sendo exigidas cerca de 8 horas de exposição à luz solar. Niépce chamou o processo de heliografia, gravura com a luz do Sol. Paralelamente, outro francês, Louis Jacques Mandé Daguerre, produzia com uma câmera escura efeitos visuais em um espetáculo denominado Diorama, tendo sido o autor, em 1835, da primeira patente para um processo fotográfico, o da *guerreótipo*. Daguerre e Niépce trocaram correspondência durante alguns anos, vindo a firmar sociedade. O britânico William Fox Talbot, que já efetuava pesquisas com papéis fotografias sensíveis, ao tomar conhecimento de Daguerre, em 1839, decidiu apressar a apresentação de seus trabalhos à *Royal Institution* e à *Royal Society*, procurando garantir os direitos sobre suas invenções.

**Figura 1 - Vista da Janela em Le Gras. Imagem da primeira fotografia permanente do mundo, feita por Joseph Nicéphore Niépce, em 1826.**



Fonte: Rebecca A. Moss.<sup>9</sup>

Na concepção de Silva,

Tal objetividade documental, ao longo do século XX, encontraria ressonâncias importantes em linhas de atuação que também se serviriam desse potencial de mimetizar o mundo e propulsionar o acesso à informação visual obtida pela nova técnica de produção imagética. O fotojornalismo, por exemplo, construiu sua prática sob esse mesmo discurso da fidelidade científica, onde a suposta automação tecnológica da fotografia garantia a expressão e a veracidade de fatos noticiosos. (SILVA, 2015, p. 3).

A partir da análise dos atributos e características da fotografia, Lacerda (2012, p. 283) destaca a particularidade do registro fotográfico como documento e “a necessidade de um enfoque contextual de sua produção e de seus papéis no processo de constituição dos próprios arquivos”.

Documentos do gênero iconográfico, as fotografias são conceituadas como Arquivos Especiais, sendo essa uma herança da biblioteconomia. Entende-se por documentação especial”, aquela que

---

<sup>9</sup> *Coordinator of Visual Resources and Digital Content Library. College of Liberal Arts Office of Information Technology, University of Minnesota.* Disponível em: <<http://www.dcl.umn.edu>>. Acesso em: dez. de 2018.

[...] em linguagem não textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes de intermediação tecnológica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

No entanto, Siqueira (2016, p. 22) explica que a terminologia documento especial “caiu em desuso na arquivologia, embora ainda conste nos dicionários e livros da área e de ser utilizado por algumas instituições”. Ele explica que o Arquivo Nacional optou por indicar, de forma clara e amparada pelos dicionários arquivísticos, os termos “documentos audiovisuais”, “documentos iconográficos” e “documentos sonoros”, sendo importantes para este trabalho:

**Documento audiovisual:** Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas.

**Documento iconográfico:** Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72-75, grifo nosso)

Por outro lado, há argumentos que a documentação fotográfica é comprobatória, ou seja, deve ser considerada documentação permanente em conjuntos documentais e organizada com base nos princípios arquivísticos, a serem iniciados pela análise documental, descrição e arranjo, do mesmo modo em que são organizadas as demais séries documentais do arquivo.

Presente na maioria dos arquivos (públicos e privados, institucionais e pessoais), a partir dos anos 1980, os documentos fotográficos têm sido objeto de reflexão na área arquivística, embora de forma esparsa. Conforme Siqueira (2016, p. 18), “a produção bibliográfica sobre o assunto também é escassa, limitando-se a poucos manuais, catálogos, capítulos de livros, estudos de caso e comunicações científicas, além de algumas monografias, dissertações e teses”. Nas principais publicações existentes no Brasil, dentre as quais as revistas *Arquivo & Administração* (da Associação dos Arquivistas Brasileiros) e *Acervo* (do Arquivo Nacional), encontram-se artigos sobre o tratamento técnico que as instituições têm dado aos documentos fotográficos. Em paralelo, existem alguns manuais de procedimentos técnicos para organização de documentos fotográficos, dentre os quais a Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1998), o Manual

para catalogação de documentos fotográficos (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1996) e o manual *Como tratar coleções de fotografias* (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

Na sessão Perguntas mais frequentes do site, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)<sup>10</sup> informa que as fotografias e filmes digitais produzidos em uma instituição podem ser considerados documentos arquivísticos,

desde que tenham sido produzidos (elaborados ou recebidos) no curso de uma atividade, ou seja, de um processo de trabalho, como instrumentos ou resultados de tal atividade, e retidos para ação ou referência. Esses documentos devem ser contemplados pelo programa de gestão arquivística da instituição. (CONARQ, 2018).

Ainda no âmbito do Conarq, a atual Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) foi,

originalmente criada pela Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010, com o objetivo de realizar estudos, propor normas e procedimentos no que se refere à terminologia, à organização, ao tratamento técnico, à guarda, à preservação, ao acesso e ao uso de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros [...] (CONARQ, 2018).

A CTDAISM publicou em 2016 um Glossário, cujo objetivo foi estabelecer uma “terminologia própria e padronizada referente aos documentos arquivísticos de natureza audiovisual, iconográfica, sonora e musical”.

Recortam-se da referida publicação os termos que interessam ao tema deste trabalho:

**Documento iconográfico** - Gênero documental integrado por documentos constituídos de imagens fixas.

**Fotografia** - Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotografiassensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos. (CONARQ, 2016, p. 12-15, grifo nosso).

Ainda dentro da atuação do Conarq, a Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014, que “dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos (...)”, é considerada “o derradeiro passo para que, finalmente, os documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais possam ser percebidos como documentos arquivísticos e assim serem tratados”, na opinião de Siqueira (2016, p. 25-26). Atualmente, a CTDAISM vem redigindo diretrizes

---

<sup>10</sup> É um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

sobre procedimentos de digitalização, preservação digital e tratamento arquivístico (BRASIL, 2014).

Evidencia-se, na bibliografia sobre a fotografia como documento de arquivo, o artigo *O tratamento da forma e do conteúdo de fotografias em fundos de arquivos: pressupostos teórico-metodológicos*, no qual consta uma

revisão da literatura que discute a ontologia do processo fotográfico, no campo das ciências sociais; na análise da literatura que contempla os aspectos teóricos e metodológicos da análise de conteúdo já consolidada, no campo da Ciência da informação, e particularmente no campo da Biblioteconomia; bem como na investigação de obras e artigos que fundamentam o tratamento dos documentos na área da Arquivística. (SILVA; FUJITA; BIZELLO 2009, p. 1-2).

Para os autores supracitados, a gênese da noção de forma e de conteúdo é importante para os fundamentos de análise documental das fotografias no campo da Ciência da Informação e da Arquivística, sendo que

a investigação dos fundamentos teóricos e epistemológicos da Arquivística forneceram elementos para a elaboração de uma proposta teórica e metodológica singular para o tratamento de fotografias na perspectiva da Arquivística. (idem, p. 2).

Dentre os resultados sobre os pressupostos teórico-metodológicos, elas constataram ainda que:

a análise da forma e do conteúdo associada à teoria Arquivística apresentou elementos significativos que deverão ser considerados na construção de uma proposta teórico-metodológica para o tratamento de fotografias em fundos de arquivos. (idem, ibid.).

Citada a análise da ontologia do processo fotográfico, desde sua origem às definições correntes da Arquivística, discorre-se sobre a evolução da fotografia moderna à fotografia digital, disponibilizada pelas tecnologias da informação.

### 3.3 A FOTOGRAFIA DIGITAL E AS NOVAS NARRATIVAS DE VERDADE/AUTORIA

Segundo os estudos de André Rouillé<sup>11</sup>, há uma nova perspectiva ontológica para a fotografia: a da “fotografia-expressão”. De acordo com ele, esse novo conceito surgiu com a crise da “fotografia-documento”, constituindo a

---

<sup>11</sup> André Rouillé é historiador, teórico da Fotografia, professor da Universidade de Paris.

resposta ao advento da era digital e ao fim da modernidade clássica: “da analógica à digital, a era da suspeita veio suceder um longo período de crença na verdade das imagens.” (ROUILLÉ, 2009, p. 454).

Conforme refere Munhoz, estudioso das pesquisas de Rouillé:

a fotografia abre-se para a expressão subjetiva, para uma dimensão poética e artística, mais identificada com o universo informacional de circuitos e redes, de múltiplas conexões que recontextualizam e transformam constantemente a nova ordem visual de hoje. A fotografia-expressão não ignora aquilo que preexiste virtualmente à imagem, os dados extrafotográficos inerentes à fotografia; privilegia as formas, mas não em detrimento das coisas e do estado das coisas. (MUNHOZ, 2015, p. 8).

Nesse sentido, a própria noção de autoria da fotografia passou a ser questionada, em vista do fácil acesso às ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias digitais, inaugurando “um novo e diferente regime de verdade”:

Em tempos de fluxos massivos, moventes e crescentes de documentos frequentemente sem autores; em tempos em que a fotografia amadora se torna ubíqua dentro de tais fluxos, cada vez mais gerada por automatismos embutidos nos mais diversos tipos de dispositivos (celulares, câmeras de vigilância); em que sinais elétricos substituem a imagem química e a superfície de inscrição não é mais o papel, mas um monitor de cristal líquido, a ideia de uma fotografia atrelada a uma verdade indicial encontra, cada vez mais, dificuldades em responder aos critérios, às necessidades e aos valores de uma sociedade pós-industrial. (idem, *ibid*, p. 9).

Assim, ao substituir os sais de prata pelo pixel<sup>12</sup>, o papel pelo toque numa tela (smartphones, tablets etc.), as tecnologias digitais também alteraram os conceitos que sustentavam a credibilidade da fotografia enquanto narrativa da verdade. Por exemplo, as fotografias feitas com o celular podem ser modificadas a partir de aplicativos. Ou seja, desconstruindo os conceitos de fidedignidade.

A partir desses novos pontos de vista sobre a verdade e a credibilidade da fotografia, realiza-se, no próximo item, a revisão bibliográfica sobre a memória coletiva enquanto gênese do sentimento de pertencimento.

---

<sup>12</sup> Pixel é aglutinação dos termos *picture* e elemento (sendo *pix* a abreviatura em inglês para *pictures*). É o menor elemento de constituição de uma imagem digital em um dispositivo (em um monitor, por exemplo), ao qual é possível atribuir-se uma cor, sendo que um conjunto de pixels formam a imagem inteira.

### 3.4 A FOTOGRAFIA COMO ELEMENTO CULTURAL PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Definida no Dicionário Aurélio como a “faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço; lembrança”, a memória é um termo comum em áreas como Psicologia, Medicina, Filosofia, Sociologia e estudado por pesquisadores destas e de outras áreas.

A partir da obra póstuma *Memória Coletiva* (2006), do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), da escola durkheimiana<sup>13</sup>, passou-se a discutir o caráter social da memória e a evocação do testemunho do outro. Para ele, as memórias são construções dos grupos sociais reais, sendo esses grupos que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada.

Segundo ele, “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso”, mas evocamos o testemunho do outro “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29).

A perspectiva de quadros sociais que compõem a memória é apresentada por Halbwachs para exemplificar que ainda que particular, a memória remete a um grupo, sendo que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

De acordo com Halbwachs, como não é possível ao indivíduo recordar de fatos de um grupo com o qual suas lembranças não se identifiquem, há uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam

---

<sup>13</sup> David Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês, é considerado o pai da Sociologia Moderna e um dos pensadores que mais contribuiu para a consolidação da Sociologia como ciência empírica e disciplina acadêmica. Entre suas teorias estão: a teoria do fato social e a teoria do suicídio. Algumas de suas obras: *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico*, *O suicídio: um estudo de sociologia*. “A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios - sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela”, escreveu Durkheim.



muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Assim, a duração de uma memória está limitada à duração da memória do grupo, segundo Halbwachs (2006). Ou seja, é necessária a preservação de laços entre os integrantes de um grupo para que a sua memória permaneça. Ele cita como exemplo as lembranças de uma turma escolar, a partir dos pontos de vista do professor e dos alunos. Os alunos têm facilidade de se lembrar dos momentos vividos numa determinada turma, com destaque para a presença do professor, enquanto este, por não fazer parte apenas daquela turma específica e ter vivências semelhantes com outros grupos, não recupera facilmente a mesma lembrança.

Se os indivíduos não fizerem mais parte do mesmo grupo ou compartilharem as mesmas recordações, a lembrança deixa de ser reconhecida, desaparecendo essa memória coletiva, conforme Halbwachs questiona:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles. (HALBWACHS, 2006, p. 39-40).

Nessa perspectiva, a memória de uma pessoa é definida por Halbwachs como uma combinação das memórias dos distintos grupos dos quais ela faz parte e sofre influência (família, escola, amigos, trabalho etc.). Assim, o indivíduo possui dois tipos de memória (individual e coletiva), uma vez que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Dessa maneira, de acordo com Jean Duvignaud, no prefácio do livro *Memória Coletiva* (2006, p. 15), a questão da rememoração pessoal “está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos”, e ainda como descreve na introdução J. Michel Alexandre: “um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não veem”. (2006, p. 23)

Por outro lado, ao refletir sobre a memória coletiva quanto à natureza e às potencialidades dos arquivos escolares para a investigação da memória educativa, a pesquisadora portuguesa Mogarro (2006, p. 76) faz as seguintes recomendações quanto às fotografias e outros documentos de natureza iconográfica: “é imprescindível observar um variado leque de documentos iconográficos da / sobre a escola”, para que se possa “apreender a riqueza dos espaços, dos ambientes, dos objetos e das pessoas”, alertando que esse tipo de documentação raramente se mantém no arquivo da instituição.

Se, em 2006, Mogarro duvidava que os arquivos de fotografias permanecessem sob o poder de determinada instituição, em 2011, Rondinelli questionava o conceito de documento, frente à inexorável comparação entre arquivos tradicionais e o advento das tecnologias da informação:

Afinal, o que vem a ser um documento? A pergunta se torna ainda mais instigante quando apresentada a partir do contexto da tecnologia digital. Isto porque a nítida fisicalidade dos documentos foi substituída por dígitos binários, invisíveis aos olhos humanos, fixados em bases magnéticas e óticas; a leitura, antes direta, passou a ser indireta, isto é, dependente de hardware e software; a visualização simultânea de suporte e informação deixou de existir e, como se não bastasse, há as bases de dados e os hipertextos, ou seja, “documentos” aparentemente ilimitados. (Rondinelli, 2011, p. 27).

Assim, supõe-se que uma nova configuração perpassa a definição de fotografia em todas as áreas nas quais foi importante ou que se impôs como a mais relevante, desde sua invenção com atributos de testemunha da verdade, aos novos conceitos (ainda em construção), trazidos pelas tecnologias da informação, e também como documento de arquivo. No que tange à preservação das imagens (físicas e digitais) como elementos constitutivos da memória coletiva das instituições, em especial, como documento arquivístico da EMEF Jean Piaget, tema deste trabalho, que se aborda no próximo capítulo.

#### 4. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JEAN PIAGET

Considerando o novo viés do caráter documental da fotografia, no qual há interfaces abundantes, disponíveis e diversos, como as redes sociais e aplicativos móveis, a autora escolheu o tema do presente trabalho ao receber cerca de 50 imagens de uma festividade da escola, compartilhadas pelos professores por meio do aplicativo de comunicação instantânea Whatsapp e em perfis da rede social Facebook. Depois de apreciá-las, as deletou. Instantaneamente, veio-lhe o questionamento sobre o destino dos registros fotográficos de apresentações de alunos, reuniões de integração de professores, projetos, eventos fixos do calendário escolar e inúmeras atividades que constituem o fazer pedagógico do cotidiano escolar da EMEF Jean Piaget. Existe uma comunidade que se entrecruza no espaço escolar, um ir e vir de memórias tão fugazes quanto às imagens que não são preservadas (Facebook, Instagram, fotografia física, blog da escola, registros individuais). Como agrupar essas imagens na memória da escola?

Há efemérides como o Dia das Mães, Dia dos Pais, aniversário da escola, Natal. Novamente, onde estão os registros, as fotografias, os responsáveis, os envolvidos? Nada? Também não há uma galeria de fotografias das equipes diretivas, eleitas a cada três anos. Os registros da história dessa escola estão em algumas fotografias físicas antigas, misturadas em caixas num armário na cozinha, sendo que as mais recentes, as imagens digitais, estão armazenadas na Central Process Unit (CPU)<sup>14</sup>, utilizada pela direção. Ao longo do ano letivo, essa série de eventos, projetos e comemorações fazem a história e a memória da escola, mas onde estão guardadas ou ainda onde é possível acessar essas informações, e como essas fotografias podem estar inseridas efetivamente na memória da escola?

Ao longo da sua jornada nessa escola, a autora observou a implantação de diversos projetos extraclasse, como o Laboratório de Aprendizagem, Laboratório

---

<sup>14</sup> *Central Process Unit*, ou Unidade Central de Processamento, é o principal item de hardware do computador, que também é conhecido como processador. A CPU é responsável por calcular e realizar tarefas determinadas pelo usuário e é considerado o cérebro do PC.

de Integração ao Ambiente Urbano (LIAU), entre outros, enquanto viu alguns sucumbirem, como dança, tradicionalismo, contação de histórias, Clube de Inglês, arteterapia, jornal etc. Tendo como protagonistas, tanto professores como alunos, esses projetos também não tiveram fotografias que os registrassem, ou a preservação adequada das mesmas.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), estabelece em seu artigo 24, inciso I, que “a carga mínima anual será 800 horas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais”, sendo que se trata de um período bastante extenso para que uma instituição de ensino não tenha a preocupação de registrar formal e tecnicamente sua história.

Ademais, por conta da vivência da autora como docente da EMEF Jean Piaget há mais de sete anos, obtive a informação de que não havia o cuidado quanto a procedimentos para organizar e preservar as fotografias, assunto que é exposto no próximo item.

#### 4.1 O ESTADO ATUAL DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

A autora constatou que, de fato, havia fotografias das atividades da EMEF Jean Piaget, mas que inexistiam espaço e procedimentos adequados para armazená-las. No entanto, enfatiza-se que não se trata de uma crítica à administração da escola, sendo que a apresentação das fotografias (tanto as imagens físicas quanto as digitais) a seguir constitui uma avaliação do estado atual dos registros fotográficos.

##### 4.1.1 Fotografias físicas

Verifica-se, nas figuras abaixo (2, 3 e 4), onde está armazenado o acervo de fotografias físicas da EMEF Jean Piaget.

**Figura 2 - Cozinha da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

As fotografias estão na cozinha da escola, não sendo esse o ambiente recomendável para armazenamento, em função da umidade, alteração de temperatura, risco de acidentes com água, óleo e produtos de limpeza, por exemplo.

Embora proteja as fotografias da incidência da luz, o armário de aço (visto nas figuras 3 e 4), onde as fotografias foram colocadas, retém umidade, enferruja com a ação das intempéries, além de funcionar como um depósito de roupas, utensílios domésticos e produtos de limpeza, entre outros materiais.

**Figura 3 - Armário de aço da cozinha da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 4 - Detalhe do armazenamento no armário de aço.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

As fotografias foram encontradas soltas, dentro de caixas de papelão e de plástico, saco plástico e também, acondicionado em álbuns fotográficos, consoante se vê nas figuras 5, 6, 7, 8 e 9.

**Figura 5 - Fotografias armazenadas numa caixa de papelão mofada.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 6 - Fotografias acondicionadas em um saco plástico.**



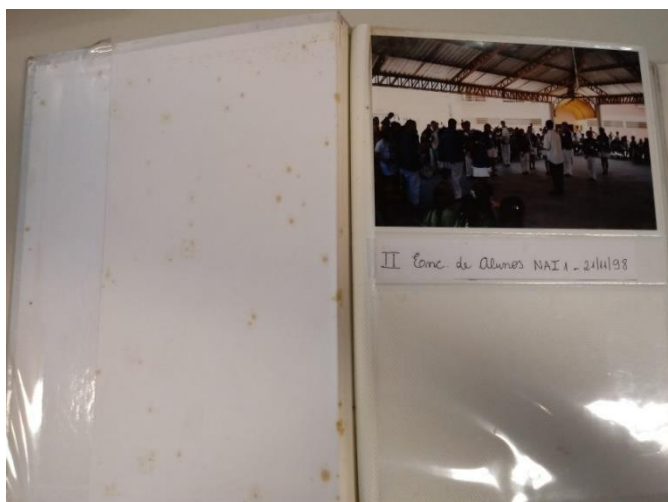
Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 7 - Álbum de fotografias.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 8 - Mofo na parte interna da capa de um dos álbuns de fotografias.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 9 - Fotografias que aderiram umas às outras.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Como pode ser observado nas figuras acima, a condição de armazenamento das fotografias provocou danos como mofo, dobras, aderência, entre outros.

É importante frisar que, além da inobservância de critérios mínimos de armazenamento, o descuido no arquivamento desrespeita o princípio da ordem original, segundo o qual “o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS, 2009, p. 136).



No contexto das fotografias físicas, foram examinadas 110 fotografias de um dos sacos plásticos, o qual acomodava as seguintes fotografias: Festa Junina, Projeto English Club, passeio de uma turma ao Jardim Zoológico, Dia das Mães, Dia dos Pais, formatura da EJA e do 9º ano, aula de horta no LIAU, premiação do “Aluno Legal”, apresentação de teatro, gincana, apresentação musical, concurso, confraternizações, cartazes e trabalhos artísticos de alunos, entre outras atividades da comunidade escolar.

No âmbito das características documentais, algumas fotografias encontradas não tinham qualquer informação da data e/ou atividade, enquanto outras possuíam uma numeração sequencial, a data registrada pela câmera ou alguma anotação à caneta (como ano, data completa, evento), conforme se vê nas figuras 10, 11, 12 e 13 abaixo.

**Figura 10 - Exemplo de foto sem informação da data e/ou atividade.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 11 - Exemplo de fotografia com numeração sequencial.**



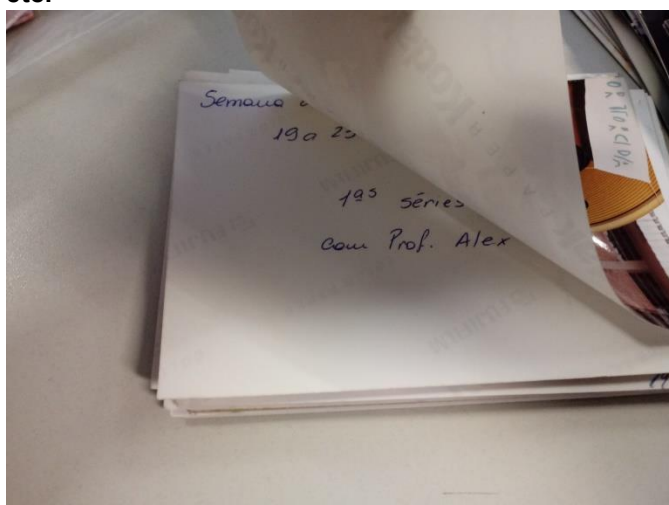
Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 12 - Exemplo de fotografia com data registrada pela câmera.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 13 - Exemplo de fotografia com anotação à caneta de dados completos no verso: evento, data etc.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

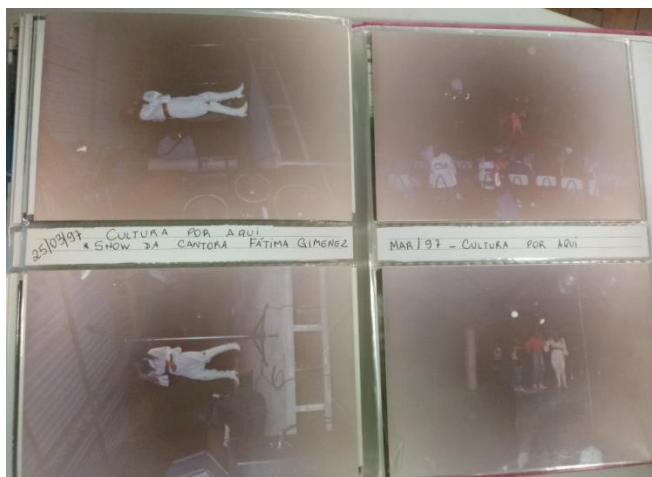
As fotografias que registravam a data compreendiam períodos da década de 1990 até 2016. Chamou a atenção da autora as fotografias do período de 1994 a 1998, acondicionadas e organizadas cronologicamente em álbuns, com o título do evento e data, indicando uma preocupação quanto à preservação dessas imagens, consoante às figuras 14 e 15.

**Figura 14 - Exemplo de álbum de 1994 organizado cronologicamente.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 15 - Exemplo de álbum de 1997 com o título do evento e data.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Pelo que se apreende a partir das figuras acima, as fotografias retratam atividades do cotidiano da escola, ou de eventos que se repetem, possibilitando a reconstituição do espaço dessa escola. Conforme o ponto de vista da autora, no entanto, há uma grande diferença entre uma iniciativa individual e uma preocupação coletiva. Iniciativas individuais darão origem a elementos individuais, enquanto que iniciativas coletivas poderão gestar uma política de preservação da memória.

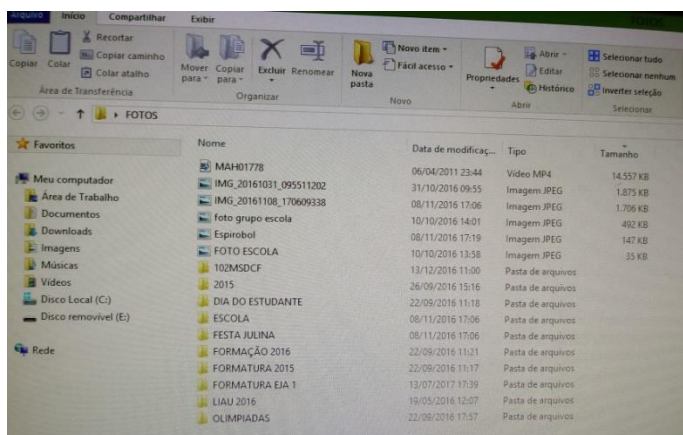
No item seguinte, passa-se a examinar as fotografias digitais da EMEF Jean Piaget.

#### **4.1.2 Fotografias digitais**

Assim como na análise das fotografias físicas, constatou-se, na pesquisa efetuada na pasta de fotografias digitais, encontrada na CPU da direção da EMEF Jean Piaget, que não há uma organização nos arquivos que permita a imediata identificação das imagens, relacionando-as às datas e eventos, por exemplo. Como se verifica nas figuras 16, 17 e 18 (abaixo), as fotografias não foram nomeadas. Além dessa questão de identificação, também se desconhece qualquer procedimento de preservação digital por parte da escola, dentre eles o

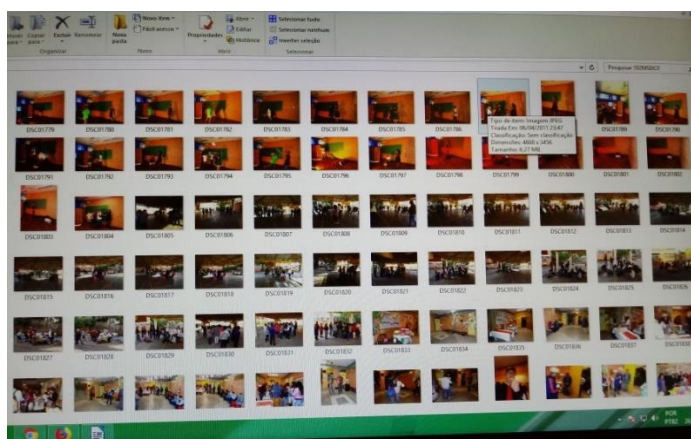
backup<sup>15</sup>, por exemplo, ou seja, essas fotografias não estão armazenadas em outro local.

**Figura 16 - Pasta de fotografias digitais da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

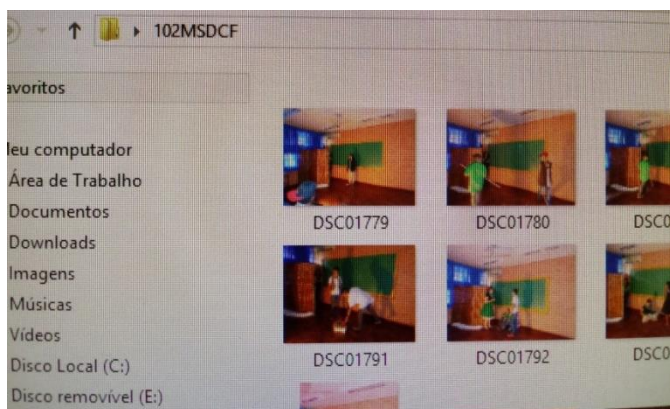
**Figura 17 - Uma das pastas da pasta de fotografias digitais da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

<sup>15</sup> Backup é um termo inglês que significa cópia de segurança. O procedimento de cópia é bastante utilizado por instituições públicas e privadas, bem como pessoas, que guardam arquivos de documentos, imagens, vídeos, entre outros, na CPU. O objetivo do backup é o usuário se resguardar de uma ocasional perda de arquivos originais, seja por ações despropositadas dele próprio, como ter um problema de mau funcionamento dos sistemas, CPU etc. Assim, ter uma cópia de segurança é um procedimento altamente recomendável, pois permite restaurar os dados. Hoje há muitos serviços de backup, disponibilizados por servidores online, ou na nuvem, hospedados em redes como Dropbox, Google Drive e SkyDrive, que contam com planos gratuitos e pagos. O backup online tem a vantagem de permitir o acesso aos dados a partir de qualquer CPU com acesso à internet. Também existem diferentes dispositivos de armazenamento, como CD, DVD, pendrive e HD externo.

**Figura 18 - Detalhe das fotografias digitais da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

No item seguinte, pesquisam-se as interfaces digitais da EMEF Jean Piaget, descrevendo-se sites, blogs e páginas do Facebook, dada a relevância quanto à instantaneidade na inserção de textos e fotografias.

#### 4.1.3 Interfaces digitais

A EMEF Jean Piaget possui um site, um blog criado por um professor da escola e duas páginas no Facebook, que proporcionam o acesso, mesmo que inconsistente. No entanto, constituem ações dispersas de divulgação, sem controle pela instituição. Sobre tais interfaces digitais, aborda-se a seguir.

**Jean Piaget** - O site<sup>16</sup> direciona o endereço na internet para o domínio oficial da Prefeitura de Porto Alegre<sup>17</sup>. No entanto, a autora tem conhecimento de que nem a instituição, tão pouco a Secretaria Municipal de Educação (SMED), têm acesso à administração (inserção ou exclusão) de conteúdos. Pelas informações disponibilizadas, observa-se que o site foi criado em 2011 e atualizado até 2013. Possui seis menus ou abas (home, escola, biblioteca, informática, calendário e contato) e seis submenus, destacando-se na aba escola a galeria de fotografias (com quatro álbuns), como se percebe nas Figuras 19 (Home) e 20 (recorte de dois dos quatro álbuns).

<sup>16</sup> Endereço do site Jean Piaget: <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/jeanpiaget>.

<sup>17</sup> Domínio oficial da Prefeitura de Porto Alegre: [portoalegre.rs.gov.br](http://portoalegre.rs.gov.br).

Figura 19 - Página inicial (Home) da EMEF Jean Piaget.

**Escola Municipal de Ensino Fundamental**

**Jean Piaget**

"Um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho. Um

Home Escola Bibliotecas Informática Calendário Contato

**PAULO PIAGET**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jean Piaget atende atualmente, cerca de 1050 alunos entre seus três turnos manhã, tarde e noite com 1 turma de educação infantil, 11 turmas de I Ciclo, 10 turmas de II Ciclo, 8 turmas de III Ciclo e 7 turmas de EJA (Educação de Jovens Adultos), totalizando o ensino total do Ensino Fundamental. Como as demais escolas municipais, desde 2000 atuamos na perspectiva de atender o Ensino Fundamental em nove anos, divididos em três ciclos é feita pelas as fases da vida, ou seja, pelo o tempo de existência do indivíduo e não necessariamente dividindo o tempo por anos. Assim, o I Ciclo, ou ciclo da infância, tem por objetivo a alfabetização e atende as crianças dos 06 aos 08 anos de idade. O II Ciclo também chamado de ciclo da pré-adolescência atende as crianças entre 09 e 11 anos, no III Ciclo, o ciclo da adolescência, alunos entre 12 e 14 anos.

**PROPOSTA DA ESCOLA**

Partindo-se das concepções humanista, libertadora e construtivista de educação de que: "Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão, mediados pela a realidade" (Paulo Freire), deduz-se que o sujeito não é passivo: ele pensa, cria, recria, interage com seu semelhante, a partir de experiências vivenciadas, partilhadas a luz da cultura e toma decisões.

Cabe, portanto, à Escola ser espaço de trocas, vivência, aprendizagens e preparação para o trabalho, tendo como meta a valorização da pessoa, contribuindo para a formação de sujeito que se apropriem de sua condição de cidadão democrático, autônomo, crítico, responsável, engajado na transformação da sociedade, para que esta se torne mais justa e igualitária. O projeto político-pedagógico da escola será novamente estudado, para que, de acordo com a realidade que vêm sendo desenvolvida, seja promovida a readequação do mesmo durante as formações pedagógicas da escola.

Desenvolvido por: [Vagner Loureiro](#)

Rua Major Manuel José Monteiro, s/n° - F : 3366 2480

Fonte: Captura de tela em 23/11/2018, pela autora.

**Figura 20 - Galeria de fotografias da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Captura de tela, em 23/11/2018, pela autora.

Pela disposição do conteúdo, erros gramaticais encontrados (inclusive no próprio endereço da escola), design e programação primários, entre outros deslizes, percebe-se que o site “Jean Piaget” não foi elaborado por profissionais, ainda que hoje existam inúmeros modelos de sites gratuitos<sup>18</sup>, amigáveis e autoexplicativos, que, mesmo pessoas leigas ou não qualificadas na área de Tecnologia da Informação (TI), conseguem reproduzir.

Conforme consta na página principal, o site foi “Desenvolvido por: Vagner Leandro”, remetendo essa informação ao seu perfil no Facebook<sup>19</sup>, onde se lê que ele é proprietário / administrador da empresa V&C Aluguel de brinquedos para festas. Evidencia-se aqui a falta de critério do desenvolvedor, pois programou o site para ser direcionado ao seu perfil. O correto seria remeter o site para uma das duas páginas da escola na citada rede social (leia-se abaixo a pesquisa da autora sobre as mesmas). Ademais, foi uma surpresa para autora saber que uma pessoa que aluga brinquedos para eventos seja o desenvolvedor do site oficial da EMEF Jean Piaget.

<sup>18</sup> As plataformas WordPress (<https://br.wordpress.com/>) e Wix (<https://pt.wix.com/>) estão entre as mais conhecidas no Brasil, oferecendo templates (modelos) pagos e gratuitos.

<sup>19</sup> Endereço do perfil do desenvolvedor Vagner Leandro: <https://www.facebook.com/vagner.leandro>



**Blog Narrativas de Escola** – O blog do professor Breno Lacerda<sup>20</sup> foi desenvolvido na plataforma Blogspot ou Blogger<sup>21</sup>. Contém seis menus centrais (apresentação, atividades, diversidade cultural, eventos, formações, programação), dois menus na lateral esquerda (quem somos, equipe diretiva) e o menu Formulário de contato na lateral direita, como se vê na Figura 21.

**Figura 21 - Blog Narrativas de Escola.**



Fonte: Captura de tela, em 23/11/2018, pela autora.

Pelo texto escrito por Breno Lacerda no menu apresentação, o blog foi criado em 17 de janeiro de 2017, com o objetivo de:

<sup>20</sup> Endereço do Blog Narrativas de Escola: <https://emefjeanpiagetnarrativasdeescola.blogspot.com>

<sup>21</sup> A plataforma blogspot.com migrou para a <https://www.blogger.com>. A palavra Blogger foi criada pela Pyra Labs, um serviço do Google que oferece ferramentas para edição e gerenciamento de blogs, de forma similar ao WordPress, mas indicado para usuários que nunca tenham criado um blog, ou que não tenham muita familiaridade com a TI.

promover o protagonismo dos professores, funcionários, pais e alunos de nossa Escola. Pretendemos também apoiar os projetos já existentes na Escola e propiciar mais visibilidade aos trabalhos pedagógicos realizados em sala de aula, apoiando todas as iniciativas culturais e sociais. (LACERDA, 2017).

Apesar do design e programação simples, o blog apresenta o logo atual utilizado pela instituição, o cartaz de inauguração da escola, trazendo muitas fotografias e textos atualizados sobre as atividades da EMEF Jean Piaget, cumprindo o objetivo enunciado.

A EMEF Jean Piaget também é citada no website Escol.as<sup>22</sup>, cuja política revela que “o site não tem nenhuma relação com qualquer escola”. São citados dados básicos da instituição, inclusive o IDEB.

Deve haver outros sites semelhantes, que funcionam como estratégia comercial de empresas de tecnologia, entre outras, para captar clientes para o oferecimento de serviços como design, programação e hospedagem, por exemplo. Em rápida pesquisa na ferramenta de busca Google, encontramos o blog Escola Jean Piaget Projeto Momentos, do fotógrafo Marcos Neves<sup>23</sup>. O fato curioso é que não há nenhuma fotografia da escola.

Na rede social Facebook, há duas páginas da EMEF Jean Piaget, como se vê nas figuras 22 e 23.

**EMEF Jean Piaget Oficial** - Inserida na categoria “Escola”, a *fanpage*<sup>24</sup> possuía 879 curtidas e 889 seguidores em 22 de novembro de 2018. A descrição na aba “sobre” informa que a página se dedica a divulgar os “Eventos da Escola Jean Piaget”. Observa-se que a *fanpage* é atualizada com frequência quase diária, mas a fotografia do perfil traz um logo antigo da instituição, revelando prováveis hipóteses para esta desatualização: não foi criada por alguém da escola, ou, se foi, a pessoa não teve o cuidado de atualizar. A fotografia de capa destaca a fachada da escola.

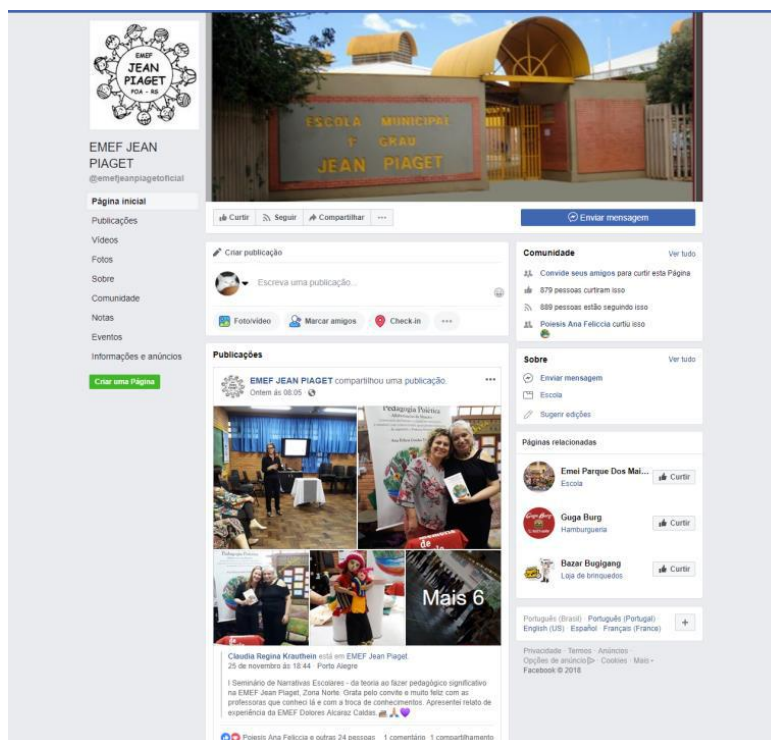
---

<sup>22</sup> Endereço do site Escol.as: <https://www.escol.as/251357-jean-piaget>. O website Escol.as é uma página eletrônica que oferece, de modo interativo com seus visitantes e usuários, informações sobre escolas e educação em geral a partir da integração de dados provenientes de fontes diversas, principalmente, de base pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Possui serviços gratuitos e pagos.

<sup>23</sup> Endereço do site do blog de Marcos Neves: <http://escolajeanniagetprojetomomentos.blogspot.com>.

<sup>24</sup> Endereço da página EMEF Jean Piaget Oficial: <https://www.facebook.com/emefjeanpiagetoficial>.

Figura 22 – Página da EMEF Jean Piaget Oficial no Facebook



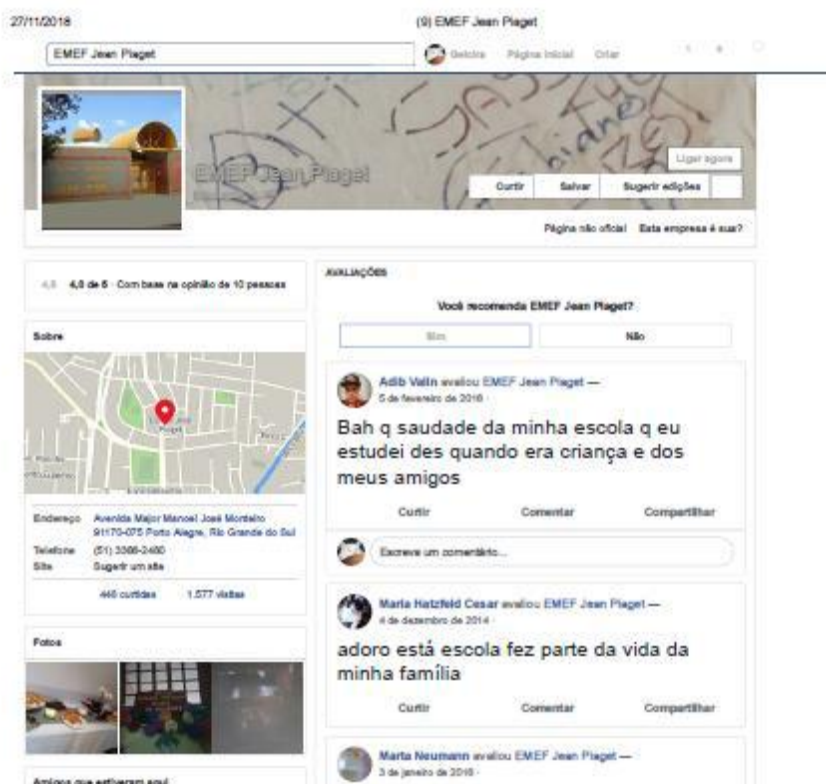
Fonte: Captura de tela, em 23/11/2018, pela autora.

Na aba fotografias, há 75 fotografias da linha do tempo, 2.583 fotografias de dispositivos móveis, 15 fotografias no álbum Janta EJA/1 e seis fotografias do perfil.

**EMEF Jean Piaget - A fanpage**<sup>25</sup> foi incluída na categoria “Educação” e informa que é uma “página não oficial”. Tinha 448 curtidas e 1557 visitas em 23 de novembro de 2018. Da mesma forma que a página EMEF Jean Piaget Oficial, traz muitas atualizações de conteúdo, mas não é possível visualizar as fotografias por tipo de álbuns. Conforme observado pela autora, as postagens são realizadas por docentes da escola e pessoas da comunidade escolar. A *fanpage* permite ainda postagens de alunos, por exemplo.

<sup>25</sup> Endereço da página EMEF Jean Piaget: <https://www.facebook.com/pages/EMEF-Jean-Piaget/272657069533594>

**Figura 22 - Página da EMEF Jean Piaget no Facebook.**



Fonte: Captura de tela, em 23/11/2018, pela autora.

A fotografia do perfil mostra a fachada da escola e a fotografia de capa é, provavelmente, assinaturas de alunos em alguma atividade.

Após a análise das fotografias físicas e digitais, bem como as interfaces digitais que, embora não seja objetivo deste trabalho, reveste-se de relevância pelo acesso, examina-se, na sequência, o contexto e características documentais do acervo fotográfico.

## 4.2 CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS DOCUMENTAIS E REPRESENTATIVIDADE DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

O estado atual dos registros fotográficos demonstra que, de tempos em tempos, existiram iniciativas para preservar a memória da escola por meio das fotografias. Houve ações de resgate dessa memória, porém, as fotografias físicas ficaram dispersas em caixas, sacos plásticos, álbuns etc. (conforme se expôs no item 4.1).

Considerando o acervo fotográfico em análise durante este trabalho e contrapondo-o com o tempo de 26 anos de funcionamento da EMEF Jean Piaget, é possível perceber que, ao longo da sua existência, houve, em breves momentos, a preocupação de salvaguardar a memória da escola, o que representa uma atitude positiva, mesmo que pequena diante do tempo de existência, no sentido de resgate da memória desse espaço educacional.

Em se tratando do contexto arquivístico dessas fotografias, há aquelas que apresentam dados que permitem pronta identificação do seu contexto de produção, como data, evento, pessoas envolvidas etc. Existem as fotografias que contêm dados insuficientes ou que não trazem qualquer informação, como a maioria encontrada no acervo.

Além dos dados contidos nas fotografias, é possível contextualizá-las por meio da observação da interpretação dos elementos da imagem como vestuário, estilo de cortes de cabelo ou penteados, cenário em que ocorre a atividade, pessoas envolvidas, atividades, entre outros, como se observa na Figura 23. As imagens retratam os diferentes elementos constituintes da escola, tais como alunos, professores, funcionários e familiares interagindo entre si e com o espaço escolar, apresentando clara organicidade. Todos os registros encontrados são considerados elementos constituintes da memória dessa instituição, como se vê na Figura 24.

**Figura 23 - Exemplo de fotografia com elementos e cenário da época.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 24 - Registros fotográficos da memória da EMEF Jean Piaget.**



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Lembrando que a escola é um espaço essencialmente coletivo, porém feito de indivíduos, é nela que se dá um dos mais importantes fenômenos de construção da memória coletiva. Ao revisitar as imagens captadas, a comunidade escolar revive momentos passados coletivamente. Esse processo lhe confere identidade e subjetividade, criando mecanismos afetivos e vivenciais. Saber que se contribuiu para a história de uma instituição torna aquele lugar especial e fortalece os vínculos com o espaço e com os outros indivíduos.

Para muitos alunos, o período de permanência na escola fundamental dura nove anos ou mais; para muitos professores, 25 anos; para funcionários, 30 anos de serviço. Muitas famílias que vivem no entorno da escola já têm netos frequentando as aulas. Mesmo o período mínimo de frequência a esse espaço já é gerador de muitas vivências, convivências e muitos registros fotográficos. Preservar a memória fotográfica é preservar o vínculo dos protagonistas da história da instituição e preservá-la como patrimônio.

Um acervo fotográfico preservado é um registro que constrói a memória da instituição, já que dá margem a narrativas e representa uma fonte concreta da sua história. Nessa perspectiva, a proposição de procedimentos de gestão documental atua como um alicerce para uma construção sólida dessa memória. Conforme o Manual de Gestão de Documentos da PMPA, a gestão documental é:

o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (PMPA, 2018, p. 7).

A autora propõe aqui dois momentos paralelos em relação aos registros fotográficos da escola. Em relação ao acervo fotográfico em questão, claramente um arquivo permanente, que se promova o recolhimento, a guarda e os procedimentos adequados, respeitando os respectivos gêneros documentais e suas características inerentes. Quanto à produção de novos documentos fotográficos, que os procedimentos de gestão documental sejam construídos por toda a escola, numa iniciativa coletiva. A fim de evitar um acúmulo de massa documental, que as fotografias recebam tratamento arquivístico. Que, além do recolhimento, haja ações de preservação, que seja dado acesso ao acervo e que se façam instrumentos de descrição do material. Poderia se estabelecer uma comissão de avaliação para recolhimento das fotografias produzidas, a avaliação propriamente dita, a preservação e a inclusão no acervo com a devida descrição.

Minimamente, enquanto um primeiro passo, que seja criado um memorial, de preferência ligado à biblioteca, já que é um espaço cultural por onde circula toda a comunidade escolar. Nesse memorial, a sugestão é que as fotografias sejam acondicionadas em material apropriado e que se promovam ações em relação ao acervo para fomentar o sentimento de pertencimento ao espaço, através do reconhecimento de uma história em comum.

Associada à formação do estudante, respeito à escola, noção de patrimônio, identidade/subjetividade, o aluno se reconhece, sendo a escola seu espaço de sentimento e pertencimento, de identificação, de aproximação entre eles mesmos, de pertencimento através da própria imagem, ou do “ser daqui”. Na identificação com a escola, se cria espaço para outras possibilidades, tais como projetos (inter) disciplinares, tomados como dispositivo de ativação de um processo de identificação com a escola e suporte para ações pedagógicas, como a pesquisa às fotos e a construção de um texto sobre a escola no passado, ou a busca de informações sobre as atividades da escola, como das festas juninas há um período de anos atrás, por exemplo. Cabe lembrar que o maior público desse espaço de aprendizagem, e se criado um memorial ligado à biblioteca, é a criança e o adolescente, os quais fazem parte de uma geração estimulada por imagens – redes sociais, *selfies*, filmes, séries, *youtubers*, mangás, grafites, pichações, games, tatuagens, entre outros. Afinal, uma imagem vale por mil palavras, como dizia Confúcio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando-se a problemática exposta neste trabalho, na qual, através do estudo de caso, investigou-se a hipótese de que não havia preocupação quanto à organização e preservação das fotografias físicas e digitais como acervo de memória da EMEF Jean Piaget, evidenciou-se a importância de uma política pública municipal ou resolução da própria escola em relação a esse assunto.

Diante do problema de pesquisa, o qual, nesse caso, foi discutir a construção de um espaço de memória e elaborar suas implicações na contribuição para a memória e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar em relação a essa escola, percebeu-se a possibilidade de se iniciar com o acervo fotográfico, dentro da perspectiva arquivística. A organização do arquivo fotográfico pode ser realizada através de um trabalho de estágio em parceria com o Curso de Arquivologia, ou ainda um projeto da escola envolvendo os alunos nesse trabalho com capacitação para as tarefas mais simples. Garantindo a preservação do acervo fotográfico, criar-se-ia as condições de preservação da existência de uma história da instituição concretizada pela fotografia

O fato da instituição não ter a preocupação de realizar a gestão dos documentos fotográficos, desde a captação de imagens referentes ao cotidiano e eventos ali ocorridos, até o seu arquivamento para uma finalidade específica, tornou mais relevante o estudo da memória coletiva enquanto gênese do sentimento de pertencimento em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, qual seja: a criação de um memorial fotográfico na escola.

A relação das escolas da periferia de Porto Alegre sempre se deu através do contato muito próximo com a comunidade. Ainda que dentro de uma rede única de ensino, cada escola tem a sua rotina, seu público específico e suas peculiaridades, visto que se inserem em comunidades com características e necessidades diferentes. A EMEF Jean Piaget está localizada numa região de vulnerabilidade social, com algumas áreas irregulares de ocupação urbana. Nesse tipo de ocupação, são muitas as carências e o estabelecimento de vínculos com os espaços nos quais essas comunidades podem exercer e fundamentar sua cidadania são muito importantes para o seu desenvolvimento social e afetivo.



Além disso, a administração da cidade muda a cada quatro anos, e, a cada nova administração, são colocadas em prática novas diretrizes. Atividades que existiam na escola são extintas, outras são criadas. Algumas iniciativas nem sempre são bem sucedidas. Como fazer a memória da escola sobreviver a isso? A história dessa instituição tem força política para a comunidade escolar na preservação de suas conquistas e proteção contra desmontes da estrutura criada através do meio democrático para garantir um ensino de qualidade.

Conclui-se, então, que a relevância de se manter o registro da memória está alicerçada nos seguintes fatores: associação com a formação do aluno; respeito escola; formação de uma identidade a partir da qual cada membro da comunidade se reconheça no espaço em que circula; formação de uma tradição; aproximação dos alunos com a escola e consequente sentimento de pertencimento - “ser daqui”; dispositivo de formação da memória coletiva da escola.

O dispositivo inicial para o trabalho de salvaguardar a memória da EMEF Jean Piaget, proposto neste trabalho, foi o de um memorial das fotografias, ligado à biblioteca da escola. Minimamente, a sugestão é revelar as fotografias, tendo um critério, e mantê-las num álbum. Se não se tem possibilidade de se manter um espaço com garantia de preservação, com tratamento digital dessas fotos, que se tenha o procedimento sistemático de fotografar, imprimir e guardar as fotos dos momentos de cada ano letivo estabelecendo uma política de preservação.

O memorial, além de ser um elemento de resgate e guarda da memória, constitui-se como elemento pedagógico pelas suas inúmeras possibilidades de atividades interdisciplinares, de elementos de pesquisa, indo além até do objetivo proposto por este trabalho. O estabelecimento de um espaço perene de guarda das fotografias dá margem à criação de projetos como, por exemplo, na festa junina os alunos se vestirem como na festa junina de 20 anos antes. Dá margem a, por exemplo, uso das imagens na divulgação dessa festa junina. As disciplinas podem fazer uso das imagens para desenvolver atividades (ex.: Português pode usar as fotos para fazer um texto sobre como foi aquele evento retratado), havendo muita interdisciplinaridade perpassando essas imagens. Há inúmeras possibilidades de resgate histórico através dos vínculos com as disciplinas. Outra tentativa de resgate de memória pode ser a do espaço físico da escola. Por

exemplo, onde hoje se vê um enorme ginásio para a prática esportiva, antes havia caixas d'água. A evolução do espaço da escola em benefício das práticas de ensino deve ser registrada.

O memorial proposto representa apenas de uma singela sugestão, uma parcela pequena das inúmeras possibilidades que a EMEF Jean Piaget pode proporcionar para a construção da memória coletiva. Do mesmo modo, a ideia pode ser estendida a outros elementos da escola, tais como os documentos de criação do estabelecimento, os troféus, taças, medalhas etc. conquistados pelos alunos,

A partir da elaboração dos procedimentos de gestão documental, do arranjo, preservação, descrição e acesso ao seu acervo arquivístico, a Escola Jean Piaget passa a estabelecer outro patamar na relação com a comunidade escolar: uma relação mais permanente, enfatizando a pluralidade de ideias e praticando com os alunos o verdadeiro sentido de cidade, grupo e patrimônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 09 jan. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). (Org.). **Glossário documentos arquivísticos digitais**. 7. ed. Brasília, 2016. 54p. Disponível em: <[http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016\\_glosctde.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Perguntas mais frequentes**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/perguntas-.mais-frequentes.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/283-resolucao-n-41,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.

COLERE, Sibeli. A historicidade dos arquivos escolares da rede municipal de Curitiba (1963-1985). **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba, Brasil, v. 1, n. 1, p. 210-228, janeiro/abril de 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i1.46338>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas. 1998. 101 p.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 1993. 362p.

EMEF JEAN PIAGET. **EMEF Jean Piaget**. s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/EMEF-Jean-Piaget/272657069533594>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **EMEF Jean Piaget Oficial**. s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/emefjeanpiagetoficial>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

ESCOL.AS. **Jean Piaget**: EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental (Escola Pública Municipal). s/d. Disponível em: <<https://www.escol.as/251357-jean-piaget>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 100p. (Projeto como fazer, 4). Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf4.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124p.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Os arquivos escolares e sua documentação**: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357/46028](http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357/46028)>. Acesso em: 25 set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 224p.

IBAC (Instituto Brasileiro de Arte e Cultura) et al. **Manual para catalogação de documentos fotográficos: versão preliminar**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 1992. 92p.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. 152p.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, pp. 283-302.

LACERDA, Breno. **EMEF Jean Piaget**: Narrativas de escola. 2017. Disponível em: <<https://emefjeanpiagetnarrativasdeescola.blogspot.com>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013. 400p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2000. 238p.

MC EDUCAÇÃO SOCIAL. **Embasamento legal dos documentos escolares: veracidade e qualidade**, 1, Porto Alegre. Porto Alegre: MC Educação Social, s/d. 180p.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. **Revista HistedBR**, Campinas n.14, jun.2004. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_096.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_096.html)>. Acesso em: 25 set. 2018.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**: por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 194p.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa. **Sisifo/Revista de ciência da educação**. Porto Alegre, n.º 01, set./dez. 2006. pp. 71-84. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MUNHOZ, Paulo. O estatuto da fotografia: da verdade à verossimilhança. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **GT de História da Mídia Audiovisual e Visual**. Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/o-estatuto-da-fotografia-da-verdade-a-verossimilhanca/view>>. Acesso em: 25 set. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e Pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Móbile Editorial. Rio de Janeiro, 2012. 171p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228p.

PINHEIRO, Alejandro de Campos. **A gestão de documentos arquivísticos do Colégio Promove do município de Belo Horizonte**: estudo de caso. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 323-337, abr./ jul., 2016. Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/1066/pdf>. > Acesso em: 25 set. 2018.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 17.480, de 22 de novembro de 2011**. Estabelece o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), da Administração Centralizada, do Executivo Municipal de Porto Alegre, em consonância com o Decreto nº 16.798, de 21 de setembro de 2010, define normas para a classificação, avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, e revoga o Decreto nº 9.048, de 8 de dezembro de 1987. Porto Alegre, RS: Porto Alegre, 22 nov. 2011. Disponível em: <[http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/384\\_ce\\_29165\\_1.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/384_ce_29165_1.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.334, de 11 de março de 2016.** Altera os anexos I e II do Decreto nº 17.480, de 22 de novembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 18.903, de 30 de novembro de 2014, que estabelecem o Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos, da Administração Centralizada do Executivo Municipal de Porto Alegre. 1702. ed. Porto Alegre, RS, 11 mar. 2016. Disponível em: <[http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1702\\_ce\\_154631\\_1.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1702_ce_154631_1.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Alteração na legislação de Gestão Documental na PMPA.** 2016. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p\\_secao=190](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p_secao=190)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. (Secretaria Municipal de Administração). **SIARQ/POA.** 2010. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p\\_secao=187](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p_secao=187)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. (Secretaria Municipal de Educação). **Escola Municipal de Ensino Fundamental Jean Piaget.** 2011. Desenvolvido por: Vagner Leandro. Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/jeanpiaget/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual de Gestão de Documentos da PMPA.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2018. 43p. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu\\_doc/manual\\_de\\_gestao\\_d\\_e\\_documentos.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/manual_de_gestao_d_e_documentos.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

REIS, Filomena Luciele Cordeiro; REIS, José Olímpio S. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, v. 27, n. 55, 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/648/pdf>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital:** uma revisitação necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. 270 p. Disponível em: <[https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao\\_digital/tese\\_rondinelli.pdf](https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009. 483p.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos:** teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. 345p.

SILVA, Claudécir Almeida; RIEDLINGER, Marcia Aparecida; CALDERON, Wilmaria R. **A gestão da documentação escolar:** o caso do colégio Marcelino Champagnat. Disponível em: <[http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel\\_educacao/analise\\_da\\_gestao\\_de\\_documentacao.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2018.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BIZELLO, Maria Leandra. O tratamento da forma e do conteúdo de fotografias em fundos de arquivos: pressupostos teórico-metodológicos. **Ibersid**, 2009. pp.133-141.

SILVA, Wagner. O estatuto documental da fotografia na era digital. Artciencia.Com, **Revista de Arte, Ciência e Comunicação**, (19). Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/artciencia/article/view/11089>> . Acesso em: 25 set. 2018.

SOTUYO BLANCO, Pablo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira (org.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20828>>. Acesso em: 25 set. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.5, n. 2, [10], jul./dez. 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo Sem Fronteiras**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.25-41, 1 jul. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

WOOD, R. Derek. **A State Pension for L. J. M. Daguerre for the Secret of his Daguerreotype Technique**. Annals of Science (Taylor & Francis: UK), Sept 1997, Vol. 54 (5), pp. 489-506.

## APÊNDICE A – Ofício à SMED

Porto Alegre, 5 de outubro de 2018.

Secretaria Municipal da Educação - Smed

M.D. Secretário Prof. Dr. Adriano Naves de Brito

**Ref.: TCC ARQUIVO FOTOGRÁFICO NA ESCOLA: lugar de memória e pertencimento -  
Escola Municipal de Ensino Fundamental Jean Piaget**

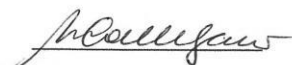
Prezado senhor,

Dirigimo-nos à V.Sa. com a finalidade de solicitar autorização para utilizar o nome da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jean Piaget na realização do trabalho de conclusão de curso de Arquivologia da UFRGS, cujo tema "ARQUIVO FOTOGRÁFICO NA ESCOLA: lugar de memória e pertencimento", objetiva analisar o registro fotográfico (físico e digital) da EMEF Jean Piaget, por meio da investigação das imagens captadas pela comunidade escolar, como elementos de pertencimento e identificação, assim como sugerir o fortalecimento dos vínculos da comunidade escolar com a EMEF a partir da fotografia.

Outrossim, informamos que a diretora da EMEF Jean Piaget, Sra. Vera Lúcia Santiago, está de acordo com a pesquisa que eu, Mirna Valéria Callegaro, docente nesta EMEF e acadêmica de Arquivologia da UFRS, estou realizando.

No aguardo do retorno de V.Sa. a nossa solicitação,

Atenciosamente,



Mirna Valéria Callegaro



